

PARECER HOMOLOGADO (*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2007

(*) Portaria/MEC nº 1.080, publicada no Diário Oficial da União de 22/11/2007



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADA: Associação Cultural e Educacional do Pará		UF: PA
ASSUNTO: Recredenciamento do Centro Universitário do Estado do Pará, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará.		
RELATORA: Anaci Bispo Paim		
PROCESSO Nº: 23000.012607/2005-51		
SAPIEnS Nº: 20050006656		
PARECER CNE/CES Nº: 166/2007	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 9/8/2007

I – RELATÓRIO

• Histórico

A Associação Cultural e Educacional do Pará solicitou ao Ministério da Educação, em 17 de junho de 2005, o recredenciamento do Centro Universitário do Estado do Pará, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, apresentando comprovação de atendimento às exigências do art. 20 do Decreto nº 3.860/2001, em vigor na época.

O Centro Universitário do Estado do Pará foi credenciado, pelo prazo de três anos, por transformação do Centro de Ensino Superior do Pará, mediante Portaria MEC nº 1.728/2002, editada com base no Parecer CNE/CES nº 163/2002. Foram aprovados, ainda, o Estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, por meio de sua Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior, designou Comissão de Avaliação, constituída pelos professores Geraldo Lopes da Silveira, Stella Regina Taquette e Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira. A visita ocorreu no período de 5 a 7 de outubro de 2006, para constatar a exatidão das informações e verificar condições de funcionamento da Instituição.

A Comissão de Avaliação apresentou o Relatório nº 16.470, no qual se manifestou favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário do Estado do Pará.

Sobre o pleito, a Secretaria de Educação Superior do MEC elaborou o Relatório MEC/SESu/DESUP/COREG nº 407/2007, no qual se manifesta nos termos abaixo transcritos:

• Mérito

A Comissão de Avaliação elaborou comentários sobre as dimensões avaliadas, indicadas no presente relatório.

Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Forças

As práticas utilizadas no desenvolvimento institucional atendem aos princípios emanados da missão, ou seja: a qualidade do ensino, a vinculação às questões regionais, o processo centrado no aluno.

Destacam-se os cursos da área da saúde, como o de Odontologia, de Fisioterapia e o de Medicina, no qual será utilizado o método PBL.

A infra-estrutura de sustentação e técnica está localizada em uma unidade, em fase final de conclusão.

O curso de Farmácia tem por base trabalhos com plantas medicinais, objetivo adequado ao potencial da região amazônica.

Os cursos das áreas tecnológica e social apresentam boas condições para o ensino, em consonância com a missão da IES.

Cabe a esta Secretaria informar que o Centro Universitário do Estado do Pará ministra os cursos abaixo relacionados, conforme dados obtidos no sistema SiedSup:

<i>Cursos</i>	<i>Atos</i>	<i>Finalidade</i>
<i>1. Administração, habilitações</i>		
<i>- Comércio Exterior</i>	<i>Port. SESu 250/2006</i>	<i>Renov. Reconhecimento (nos termos da Port. MEC 2.413/2005)</i>
<i>- Ciências Gerenciais</i>	<i>Port. MEC nº 767, de 24/3/2006</i>	<i>Renov. Reconhecimento (nos termos da Port. MEC 2.413/2005)</i>
<i>- Marketing</i>	<i>Port. MEC nº 1.728/2002</i>	<i>Autorização</i>
<i>2. Biologia</i>	<i>Port. MEC nº 770, de 23/3/2006</i>	<i>Reconhecimento (nos termos da Port. MEC 2.413/2005)</i>
<i>3. Ciência da Computação</i>	<i>Port. MEC nº 767, de 24/3/2006</i>	<i>Renov. Reconhecimento (nos termos da Port. MEC 2.413/2005)</i>
<i>4. Ciências Ambientais</i>	<i>Port. MEC nº 1.728/2002</i>	<i>Autorização</i>
<i>5. Ciências Contábeis</i>	<i>Port. SESu nº 250/2006</i>	<i>Renov. Reconhecimento (nos termos da Port. MEC nº 2.413/2005)</i>
<i>6. Tecnologia em Processamento de Dados (em extinção)</i>	<i>Port. MEC nº 582/93</i>	<i>Reconhecimento</i>
<i>7. Tecnologia em Sistemas para a Internet</i>	<i>Resolução CONSEPE 9/2006</i>	<i>Autorização</i>
<i>8. Direito</i>	<i>Port. MEC nº 4.020/2003</i>	<i>Reconhecimento (5 anos)</i>
<i>9. Enfermagem</i>	<i>Port. MEC nº 1.728/2002</i>	<i>Autorização</i>
<i>10. Engenharia de Produção</i>	<i>Resolução CONSEPE 7/2006</i>	<i>Autorização</i>
<i>11. Farmácia, habilitações</i>		
<i>- Formação Generalista</i>	<i>Port. MEC nº 83/95</i>	<i>Reconhecimento</i>
<i>- Modalidade Medicamentos (em extinção)</i>	<i>Dec. 97.427/89</i>	<i>Indicado pela IES como ato de autorização</i>
<i>12. Fisioterapia</i>	<i>Port. MEC nº 1.728/2002</i>	<i>Autorização</i>
<i>13. Medicina</i>	<i>Despacho de 14/11/2006</i>	<i>Autorização</i>
<i>14. Nutrição</i>	<i>Port. SESu nº 52/2006</i>	<i>Reconhecimento (nos termos da Port. MEC 2.413/2005)</i>
<i>15. Odontologia</i>	<i>Port. MEC nº 3.880/2003</i>	<i>Reconhecimento (3 anos)</i>

16. Sistemas de Informação

Portaria SESu nº 52/2006

Reconhecimento (nos termos da
Port. MEC 2.413/2005)

Nos registros SAPIEnS nº 20060010800 e 20060010805, o Centro Universitário do Estado do Pará solicitou o reconhecimento dos cursos de Fisioterapia e de Ciências Ambientais. Os citados processos encontram-se no INEP para os procedimentos de avaliação.

Fragilidades

O processo de auto-avaliação está em fase de aprimoramento. Por essa razão, seus resultados ainda não produzem impactos positivos.

Recomendações do Avaliador

1. Trabalhar de forma mais efetiva os resultados das avaliações, tomando por base a missão, o PDI e os projetos pedagógicos dos cursos.

Dimensão 2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Forças

De acordo com a Comissão, a IES está comprometida com a uma formação de qualidade, com sua inserção na comunidade e em fazer do ser humano o destinatário das suas ações.

A Comissão de Avaliação informou que a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e os procedimentos relativos ao estímulo à produção acadêmica e à inserção dos alunos na produção do conhecimento possui normas e sua implantação ocorre de forma significativa.

Os currículos dos cursos atendem às diretrizes curriculares, exceção feita ao curso de Administração, em vias de adequação. Há proposta de formalização metodológica interdisciplinar, prevista para o curso de Medicina e de Enfermagem.

As clínicas de Odontologia e de Fisioterapia possuem funcionamento integrado, objetivando a visão sistêmica dos fenômenos tratados. O curso de Administração conta com a Empresa Júnior.

Como Centro Universitário, a IES não inseriu a pesquisa científica em suas atribuições. Apesar disso, manifesta interesse pela área. Com o desenvolvimento de projetos, ainda incipientes, espera-se a definição de linhas e de grupos de pesquisa. Para tanto, a IES possui professores titulados, com experiência em pesquisa, adquirida em outras instituições.

Os cursos de pós-graduação lato sensu, direcionados especialmente aos professores da IES, são ministrados regularmente nas diversas áreas, particularmente na área de Educação.

A participação da IES nas atividades de extensão é forte. São privilegiadas as questões regionais, de forma a contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Merece destaque o projeto de extensão vinculado ao curso de Direito, para resgate da cidadania da população.

Periodicamente, a IES convoca os professores para apresentação de projetos de pesquisa voltados para a iniciação científica, com bolsas oferecidas pela IES, o que estimula a participação dos alunos.

A concepção dos currículos utiliza práticas inovadoras, baseadas em uma pedagogia progressista, sistêmica, voltada para o ensino vinculado à pesquisa.

Fragilidades

A distribuição das bolsas de iniciação científica e de monitoria privilegia alguns cursos, como, por exemplo, o de Odontologia.

Não foi possível identificar a participação docente na discussão e na revisão dos projetos pedagógicos dos cursos.

Recomendações do Avaliador:

- | |
|--|
| <i>1. Revisão na política de concessão de bolsas de iniciação científica e de monitoria, para que todas as áreas de atuação da IES sejam contempladas.</i> |
| <i>2. Dar início à formação de grupos e discussão sobre linhas de pesquisa, auxiliares na consecução de objetivos institucionais mais amplos, tendo em vista o interesse da IES.</i> |
| <i>3. Promover a participação discente na organização dos PPCs, visando atender ao princípio de democratização do ensino e a aumentar o compromisso do aluno, em relação às práticas realizadas.</i> |

Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Forças

Em consonância com sua missão, a IES desenvolve importantes ações na área da saúde, como o atendimento odontológico para adultos e crianças, destacando-se o atendimento a pacientes com necessidades especiais.

Na área social e na ambiental, a IES apóia as comunidades quilombolas de Arancuã, no rio Trombetas.

A IES é parceira do Comitê para Democratização da Informática, ao qual fornece infra-estrutura física e apoio técnico, com o objetivo de promover a inclusão digital das comunidades carentes.

Fragilidades

A exploração do potencial regional para a questão sócio-ambiental poderia ser mais abrangente.

Recomendações do Avaliador

- | |
|---|
| <i>1. Para implantação e integração das práticas pedagógicas, a IES deverá utilizar como eixo horizontal a questão sócio-ambiental, integrando as áreas da saúde, social e tecnológica. Por exemplo, a dinamização do projeto Jutuba, em uma das 39 ilhas do entorno de Belém, constituirá um laboratório de ensino e extensão, ofertando apoio à</i> |
|---|

comunidade.

Dimensão 4 – A comunicação com a sociedade.

Forças

A comunicação do Centro Universitário do Estado do Pará com o público interno e com a sociedade é garantida por mecanismos eficientes, que dão visibilidade ao trabalho que se realiza na Instituição. Os canais de informação internos podem ser acessados em quiosques dispostos de forma estratégica ou nos laboratórios de informática. Os alunos têm acesso aos dados de sua vida acadêmica, à reserva de livros nas bibliotecas e podem requerer documentos, entre outras facilidades.

A página virtual da IES apresenta visual atraente, com links para laboratórios, núcleos e clínicas, publicação de artigos diários sobre temas de interesse acadêmico e atualidades. Estão, também, disponíveis informações sobre a Instituição, os cursos de graduação e de pós-graduação, o corpo docente, os cursos reconhecidos, os resultados de avaliações do MEC, o processo seletivo e os serviços on-line.

A Comissão constatou a existência de grande quantidade de clippings, contendo notícias da IES, no jornal “O Liberal”, periódico de maior circulação no Estado, e no “Diário do Pará”. O teor das notícias demonstra que é forte a imagem pública da IES e o prestígio de que dispõe nas diversas camadas da população. As ações institucionais, docentes e discentes são divulgadas em diferentes colunas e cadernos dos jornais.

Fragilidades

Ao ser criada em 1999, a Ouvidoria da IES exerceu grande impacto. Com o correr dos anos, apresentou uma gradual perda de força, característica detectada nos anos recentes.

Recomendações do Avaliador

1. Difundir a importância da Ouvidoria, como canal de comunicação no dia-a-dia da Instituição, e envidar esforços para que os resultados de sua atuação sejam percebidos pela comunidade acadêmica.

Dimensão 5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Forças

A IES conta com bem estruturado plano de carreira, para o corpo docente e o pessoal técnico-administrativo.

A titulação docente tem melhorado gradativamente nos últimos anos. Os professores apenas graduados (2,61%) já estão cursando programas de pós-

graduação. Os docentes, na quase totalidade, possuem cursos de especialização, de mestrado e de doutorado.

Existe incentivo à capacitação docente, por meio de liberação total ou parcial da carga horária docente e da concessão de bolsas de estudo. A IES desenvolve atividades de cooperação interinstitucional, fato que possibilita a melhoria da titulação dos professores.

Há incentivo à capacitação do corpo técnico-administrativo, mediante fornecimento de bolsas de estudo na própria IES. Na Secretaria, apenas um funcionário não possui nível superior.

A relação nominal dos professores, anexada ao relatório da Comissão de Avaliação, indica que o corpo docente do Centro Universitário do Estado do Pará possui as características descritas no quadro a seguir:

Titulação	Nº Docentes	Percentual Total (%)	TI	TP	H
Doutores	39	12,82	9	16	14
Doutorado não concluído	37	12,17	13	11	13
Mestres	122	40,13	26	36	60
Mestrado não concluído	33	10,85	6	10	17
Especialistas	67	22,3	10	20	37
Especialização não concluída	5	1,64	0	0	5
Graduados	1	0,32	0	0	1
TOTAL	304	100,0	64	93	147
PERC. TOTAL REGIME DE TRABALHO			21,0	30,5	48,3
			5	9	5

TI – Tempo integral TP – Tempo parcial H - Horista

Fragilidades

Parte do corpo técnico-administrativo desconhece as políticas de plano de carreira, capacitação e cargos e salários.

Recomendações do Avaliador

1. Divulgar entre os funcionários, de forma mais efetiva, as políticas de capacitação existentes.

Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Forças

A estrutura organizacional, descrita nos documentos da IES, é coerente com a gestão institucional praticada.

O Centro goza de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, e na gestão financeira e patrimonial. Os limites fixados pela legislação em vigor são observados.

A administração superior está assim constituída: em nível deliberativo - Conselho Superior e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; em nível executivo - Reitoria e órgãos suplementares.

As atividades da Reitoria - órgão executivo superior de coordenação, fiscalização e supervisão das atividades – são exercidas pelo Reitor, coadjuvado pelo Vice-Reitor, pelo Pró-Reitor Acadêmico e pelo Pró-Reitor Administrativo, com a colaboração dos órgãos suplementares e das assessorias.

A administração intermediária é exercida, em nível deliberativo, pelos Colegiados de Áreas e, em nível executivo, pelos Coordenadores de Curso. O Estatuto e o Regimento da IES definem a composição, as atribuições e os critérios de indicação dos membros, os quais orientam a gestão da Instituição.

Os Coordenadores de Curso são designados pelo Reitor, mediante escolha em lista de seis componentes, elaborada pelo Colegiado de Curso. O mandato perfaz dois anos, prevista a recondução.

Na reunião com a Comissão de Avaliação, foi possível constatar que os Coordenadores de Curso e os demais gestores da Instituição atuam com entusiasmo e competência, imbuídos dos princípios da gestão voltada a resultados, sem deixar de lado a filosofia integradora e humanista que permeia a IES.

As reuniões de colegiado e dos órgãos superiores da IES são realizadas periodicamente e registradas em atas. A participação nas reuniões, para os professores horistas, é remunerada.

No entendimento da Comissão, é evidente a plena integração entre as áreas e os cursos, no cumprimento dos objetivos institucionais.

Os cargos de Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores são ocupados por membros da família, que é também mantenedora da IES. Tal fato, entretanto, não interfere na autonomia dos colegiados. Os próprios gestores declararam que há respeito às decisões do Colegiado, na condução dos cursos. De acordo com a Comissão, a proximidade entre a gestão da IES e sua Mantenedora constitui elemento de auxílio na gestão da Instituição.

Fragilidades

A participação discente nos órgãos colegiados e a convocação para reuniões não são sistemáticas.

Recomendações do Avaliador

1. Mais empenho quanto à convocação dos discentes e sua participação nas reuniões dos colegiados, com a finalidade de criar uma gestão mais compartilhada.

Dimensão 7 – Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e de comunicação.

Forças

Os ambientes são refrigerados, bem iluminados, conservados e limpos. Há condições adequadas para pessoas portadoras de necessidades especiais: rampas, elevadores e instalações sanitárias apropriadas.

Os laboratórios são modernos e bem equipados.

A biblioteca dispõe de serviço de busca de referências bibliográficas nos terminais de computador, por meio de software desenvolvido na própria IES. Resumos de artigos do acervo da IES estão disponíveis, localizados por meio de palavras-chave, nome do autor ou título do periódico.

Existe política de aquisição, expansão e atualização do acervo e dos equipamentos dos laboratórios.

A nova unidade da IES, a ser inaugurada com o curso de Medicina, dispõe de espaço físico e de estrutura suficiente para receber novos alunos e cursos. Há excelentes laboratórios, salas de aula, auditório, amplo estacionamento, biblioteca, áreas de convivência, etc.

Fragilidades

Para atender às necessidades decorrentes do seu crescimento, a IES vem, ao longo dos anos, aumentando sua área predial, por meio de incorporação de casas e de terrenos vizinhos, o que requer adaptações. Devido a isso, alguns setores ficam prejudicados, como, por exemplo, a Secretaria Acadêmica, que funciona no limite da área física disponível.

A biblioteca não dispõe de sala para vídeos e de mecanismos de segurança anti-furto. O acervo de livros e revistas é fechado e não é possível ao aluno fazer busca direta nas prateleiras.

Recomendações do Avaliador

- | |
|---|
| <i>1. Planejar melhorias prediais na IES, para médio e longo prazo.</i> |
| <i>2. Instalar mecanismos de segurança na biblioteca, de forma a permitir a abertura do acervo.</i> |

Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

Forças

A avaliação institucional começou a ganhar força a partir de 1996, ano em que foi realizado um estudo pelo então Diretor Geral e atual Vice-Reitor da IES. Esse estudo aborda algumas questões e ensejou a elaboração de uma proposta de redimensionamento da gestão institucional, em busca de qualificação mais efetiva da ação educacional. Com base nesse trabalho foi criado, em 1998, o Programa de Avaliação Institucional, com a nomeação de uma Comissão Central e das Comissões Setoriais de Avaliação.

Em 2002, esse Programa iniciou nova etapa, tendo por foco: avaliação da proposta didático-pedagógica dos cursos; das condições de trabalho; dos gestores acadêmicos; do desempenho docente; dos laboratórios; do rendimento acadêmico; dos cursos (pelos alunos); da biblioteca; da infra-estrutura geral. Essas etapas visavam adequar o programa às exigências externas (Ministério da Educação), às necessidades internas e às exigências da comunidade.

Os resultados dos processos avaliativos realizados nessas duas etapas estão contemplados nos relatórios "Chama e Cristal: os primeiros movimentos da avaliação institucional do CESUPA" e "Avaliação Institucional: apostando na qualidade da educação superior", que foram analisados pela Comissão.

Com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a IES instituiu sua Comissão Própria de Avaliação, definindo suas dimensões, objetivos e forma de composição, que atende ao critério da pluralidade na representação, visto que inclui todos os segmentos da comunidade acadêmica e representante da sociedade civil organizada.

No entendimento da Comissão, a auto-avaliação está estreitamente vinculada à missão e aos objetivos da IES e a metodologia é adequada.

O cronograma de execução da auto-avaliação institucional vem sendo cumprido. Atualmente, o programa está na etapa final de consolidação.

De acordo com o último relatório da CPA, editado em abril de 2006, ocorreu uma participação considerável da comunidade acadêmica no processo avaliativo. A Comissão teve acesso aos relatórios relativos às avaliações efetuadas nos diversos segmentos acadêmicos. Ficou evidenciado o esforço da IES para solucionar os problemas detectados na avaliação.

As avaliações externas realizadas pelo MEC indicaram, de modo geral, conceitos bons e muito bons, em consonância com o empenho da IES para reordenar as ações acadêmico-administrativas pertinentes.

Fragilidades

A IES possui alguma tradição na área da avaliação institucional. Entretanto, a divulgação dos resultados e das providências adotadas ainda não atingiu sua plenitude.

Na reunião com os alunos, a Comissão percebeu que eles desconhecem os resultados da avaliação e as providências adotadas pela IES para solucionar possíveis problemas.

Recomendações do Avaliador

<p><i>1. Revisar a metodologia utilizada, em busca da socialização dos resultados e divulgação das providências adotadas, visando à conscientização da comunidade acadêmica sobre a relevância do processo, para que sejam elaboradas propostas de soluções alternativas.</i></p>

Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes

Forças

A IES possui estrutura eficiente para apoio psico-pedagógico ao estudante, ofertado por profissionais habilitados.

As salas de aula contam com aparelhos de ar-condicionado, devido ao clima da região.

Os espaços e as áreas de convivência estão convenientemente localizados.

O sistema de informações é eficiente, com dados sobre a vida acadêmica do aluno, acessados por meio de terminais localizados nas áreas de convivência e nos corredores.

Fragilidades

É deficiente a ênfase dada ao processo de iniciação científica, de forma igualitária, nas áreas da saúde, tecnológica e social, às quais os cursos de graduação estão vinculados.

Recomendações do Avaliador

- | |
|--|
| <p>1. Promover encontros de Iniciação Científica, de forma abrangente e participativa, garantindo-se publicação de anais pela Editora da IES.</p> |
| <p>2. Promover a inserção dos alunos em projetos de pesquisa e extensão e incentivar os professores, principalmente com doutorado, a elaborar projetos de pesquisa, submetendo-os aos organismos oficiais de fomento, federais ou estaduais, ou a instituições particulares. Tais projetos deverão incluir no orçamento a concessão de bolsas de iniciação científica.</p> |

Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Forças

A IES apresenta um balanço financeiro compatível com sua proposta de desenvolvimento. Há 55% da receita destinados a pessoal, 35% ao custeio total e aproximadamente 10% para investimentos.

A inadimplência mensal, de 5% do corpo discente nos cursos de graduação, pode ser considerada baixa. Esse valor representa 88% da receita total. Nos cursos de pós-graduação a inadimplência atinge 4%.

A Instituição obteve recursos do BNDES para a construção do prédio que abrigará os cursos de Medicina e de Enfermagem.

Fragilidades

A Comissão indicou:

- baixa captação de recursos para pesquisa e extensão;
- pequeno número de convênios com órgão estaduais e municipais.

Recomendações do Avaliador

- | |
|--|
| <p>1. Incentivar os professores para elaborar projetos de pesquisa e extensão, visando à captação de recursos e ao desenvolvimento de estudos de interesse regional.</p> |
| <p>2. Incluir os alunos, principalmente, em programas de iniciação científica.</p> |

A Comissão atribuiu o nível 4 (quatro) ao conjunto das Dimensões avaliadas. No Parecer Final, a Comissão destacou como potencialidades:

- o espírito empreendedor, humanista e inovador do Reitor, do corpo diretivo e dos coordenadores de curso, representado por novas metodologias educacionais;
- boa inserção na comunidade e ênfase, nas práticas político-pedagógicas, às questões regionais;
- seriedade e profissionalismo, espelhados no bom conceito registrado junto à comunidade e aos meios de comunicação;
- possibilidade imediata de solucionar as deficiências atualmente existentes, relativas à biblioteca e ao espaço físico.

Sobre as deficiências detectadas, a Comissão ressaltou:

- *espaço físico da biblioteca;*
- *necessidade de promover atividades de iniciação científica, por meio de projetos e bolsas;*
- *participação pequena do corpo discente nas reuniões dos colegiados;*
- *divulgação dos resultados da auto-avaliação institucional.*

A Comissão sugeriu mais incentivo para o desenvolvimento de projetos com responsabilidade socioambiental, buscando a integração dos diferentes cursos com a atividade de iniciação científica nas áreas da saúde, tecnológica e social.

Ao se pronunciar sobre o recredenciamento pleiteado, a Comissão assim se manifestou:

A Comissão de Avaliação, para fins de recredenciamento do Centro Universitário do Pará, constituída pelos professores Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, Geraldo Lopes da Silveira e Stella Regina Taquette para avaliar as condições de funcionamento da IES nos dias 4 a 7 de outubro de 2006, é de parecer FAVORÁVEL ao recredenciamento da IES, conforme as especificações que constam nos documentos referentes ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Projeto Pedagógico Institucional (PPI); relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação produzidos pela IES; dados gerais e específicos da IES constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior; dados sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); relatório de avaliação institucional produzido na última avaliação realizada por Comissão de Avaliação Institucional; e documentos sobre o credenciamento da IES.

- **Considerações da SESu/MEC**

Os dados contidos na relação nominal do corpo docente demonstram que há 64 professores em regime de tempo integral e 161 docentes que concluíram programas de mestrado ou doutorado. Considerando-se o total de 304 professores, conclui-se que a IES atende ao estabelecido no Decreto nº 5.786/2006, ou seja, um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. A IES cumpre, também, o requisito de um quinto do corpo docente em regime de tempo integral, fixado no mesmo Decreto.

No presente caso, a IES atingiu o nível 4 (quatro) no cômputo geral da avaliação.

- **Conclusão da SESu/MEC**

Tendo em vista a conformidade do Regimento e do Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, encaminhe-se o presente processo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, com indicação favorável ao recredenciamento do Centro Universitário do Estado do Pará, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, mantido pela Associação Cultural e Educacional do Pará, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará.

Nos termos do artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, recomenda-se que o recredenciamento seja válido até sessenta dias após a comunicação do resultado da avaliação que integrará o ciclo avaliativo do SINAES.

- **Considerações da Relatora**

Em visita à Instituição no dia 2 de julho de 2007, acompanhada do conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone, realizamos reuniões com os Dirigentes do Centro Universitário, Coordenadores dos Cursos de Graduação e Coordenadores das Atividades de Extensão e dos Programas e Projetos de Pesquisa e Pós-Graduação, com a participação também de docentes e estudantes do Diretório Central de Estudantes e dos Diretórios Acadêmicos dos cursos de graduação. Dessas reuniões, pode-se destacar:

A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

A partir dos depoimentos, ficou confirmado que a comunidade acadêmica participou efetivamente da elaboração do PDI, por meio de processo de mobilização e envolvimento de todos, definindo as prioridades institucionais e com igual envolvimento na execução, revisão e implementação das ações planejadas.

Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão e a Responsabilidade Social

A Instituição mantém programa complementar ao PIBIC como política institucional para ampliar a participação dos alunos na iniciação científica, evidenciando avanços significativos inclusive com o estabelecimento de parcerias.

Há grandes incentivos para participação dos egressos em projetos de pós-graduação na própria Instituição e em cursos de mestrado em outras instituições.

Dispõe de coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação e mantém Protocolo com várias Universidades para participação em Projeto de Mestrado e Doutorado interinstitucional.

As ações extensionistas são desenvolvidas com a participação efetiva dos alunos dos cursos de graduação, principalmente nas áreas de Meio Ambiente, Saúde, Direito e Computação.

Infra-Estrutura Física

Laboratórios

A IES dispõe de laboratórios bem equipados, e em espaços adequados, nas áreas de Ciências Ambientais, Biológicas e Saúde (básicos e específicos) em quantidade significativa para atender a demanda de atividades práticas dos cursos de graduação. Conta também com Clínica Odontológica, Clínica – Escola de Fisioterapia, Farmácia-Escola, Laboratório de Avaliação Nutricional e Serviço de Informação de Medicamentos, Laboratórios de Área de Ciências Exatas e Tecnologia e Núcleos Temáticos nas Áreas de Computação, Jurídica e Gestão, conforme documento comprobatório anexo ao processo.

Biblioteca

A Instituição dispõe de três bibliotecas, com acervo de 12.500 títulos, aproximadamente, e 50.700 exemplares, conforme anexo juntado ao processo. Há política de ampliação do acervo, contemplando a demanda dos cursos apresentada pelos Coordenadores dos Colegiados de Graduação e Pós-Graduação.

Quadro Docente

O quadro docente da Instituição é constituído de 332 docentes, sendo 12,35% de Doutores, 56% de Mestres, 29.82% de Especialistas e apenas 1,8% de Graduados.

Quanto ao regime de trabalho, a IES conta com 21% do quadro docente em regime de tempo integral, 34% em regime de tempo parcial e 44% de horista.

A Instituição dispõe, portanto, de condições satisfatórias para o desenvolvimento das ações acadêmicas, comprometimento do quadro docente, arrojado planejamento, crescimento equilibrado da matrícula e boa sustentabilidade financeira, para atender as exigências de credenciamento do Centro Universitário do Estado do Pará.

Recomendamos que a Instituição observe atentamente os resultados da Avaliação Institucional, buscando adotar providências para o tratamento das eventuais fragilidades, a fim de consolidar seu projeto acadêmico.

II – VOTO DA RELATORA

Considerando o atendimento às exigências referentes à documentação fiscal e parafiscal, a conformidade do Plano de Desenvolvimento Institucional e do regimento da Instituição com a legislação aplicável, bem como a manifestação favorável contida nos Relatórios da Comissão de Avaliação e da SESu, voto favoravelmente ao credenciamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, do Centro Universitário do Estado do Pará, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, mantido pela Associação Cultural e Educacional do Pará, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, ou até o primeiro ciclo avaliativo do SINAES a se realizar após esta data, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006.

Brasília (DF), 9 de agosto de 2007.

Conselheira Anaci Bispo Paim – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto da Relatora.
Sala das Sessões, em 9 de agosto de 2007.

Conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca – Presidente

Conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone – Vice-Presidente